

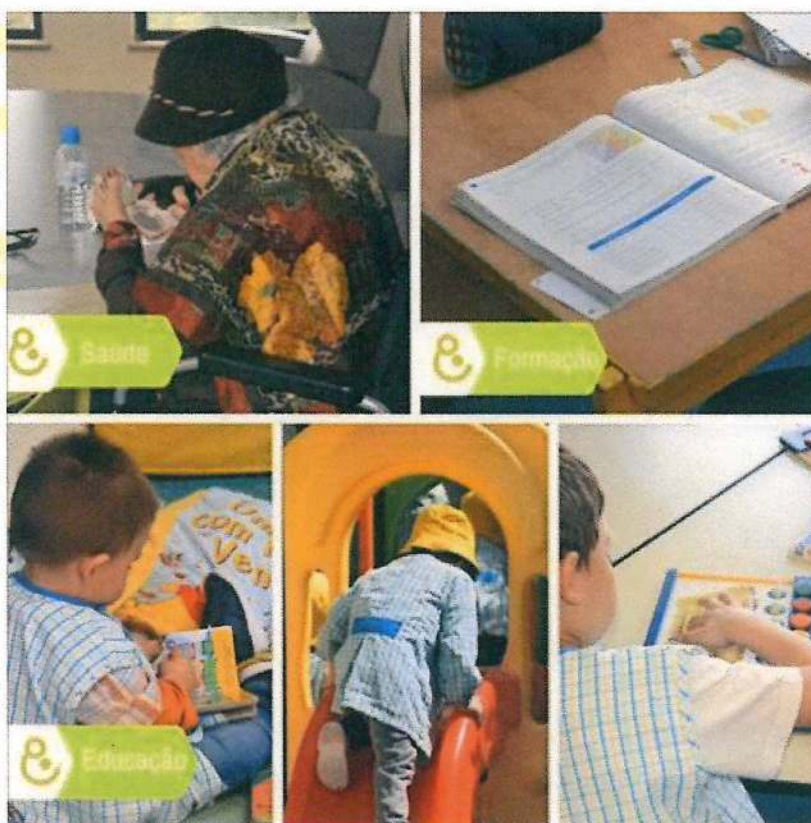


Fundação Algarvia
de Desenvolvimento Social

Pessoa Colectiva de Utilidade Pública

PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO

2018



Faro, 22 de novembro de 2017

ÍNDICE:

1. PLANO DE ATIVIDADES PARA 2018	3
1.1. Projeções Económicas para Portugal	3
1.2. Linhas de Orientação Estratégica	5
1.3. Respostas Sociais Atuais	6
1.3.1. Educação	6
1.3.2. Saúde	7
1.4. Projetos futuros	9
1.5. Investimentos e Manutenção de Imóveis	9
1.6. Atividades Culturais	10
1.7. Marketing	10
1.8. Fornecedores	11
1.9. Recursos Humanos	11
1.10. Área Financeira, Administrativa e Sistemas de Informação	13
2. ORÇAMENTO PARA O EXERCÍCIO DE 2018	14
2.1. Princípios Orientadores	14
2.2. Pressupostos	15
2.1.1. Rendimentos	15
a) Prestações de Serviços	15
b) Subsídios, doações e legados à exploração	17
c) Outros rendimentos e ganhos	19
2.1.2. Gastos	20
a) Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	20
b) Fornecimentos e Serviços Externos	21
c) Gastos com Pessoal	21
d) Depreciações e amortizações	22
e) Gastos Financeiros	22
2.3. Demonstração dos Resultados Previsional para 2018	23
3. PARECER DO CONSELHO FISCAL	24

1. Plano de Atividades para 2018

Nos termos da lei e de acordo com o estabelecido nos estatutos da Fundação Algarvia de Desenvolvimento Social (FADS), vem a Comissão Executiva submeter à apreciação da Administração e Conselho de Fundadores o Plano de Atividades e Orçamento referentes ao ano de 2018.

1.1. Projeções Económicas para Portugal

Segundo o Boletim Económico de outubro de 2017 do Banco de Portugal a economia portuguesa cresceu, no primeiro semestre de 2017, a um ritmo claramente superior à média europeia e ao observado na última década. O crescimento da economia portuguesa insere-se numa dinâmica de recuperação observada desde 2013.

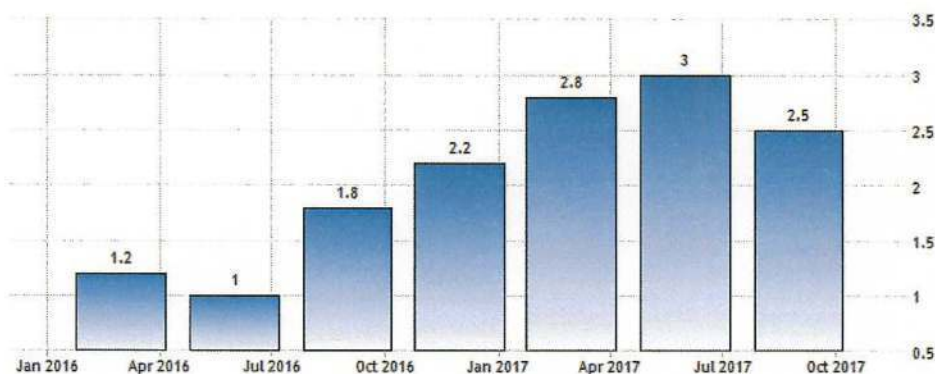


Gráfico n.º 1 – Evolução do PIB anual em Portugal

Em 2017, o crescimento da economia portuguesa beneficiou de um enquadramento internacional particularmente favorável, caracterizado por uma aceleração da procura externa e por uma melhoria generalizada nas condições monetárias e financeiras, para o que contribuiu o conjunto alargado de medidas de política monetária adotadas pelo Banco Central Europeu (BCE).

O processo de recuperação económica em curso continuou a caracterizar-se por baixas pressões inflacionistas, quer internas quer externas, sendo de destacar neste âmbito o comportamento observado nos mercados de trabalho a nível global.

No que se refere à evolução do emprego, registou-se um forte crescimento no setor privado, acompanhado de um aumento no setor público. A evidência disponível sugere que o crescimento líquido do emprego no primeiro

semestre de 2017 resultou da conjugação de uma menor destruição de emprego (ou seja, de menores fluxos do emprego para o desemprego e para a inatividade) com uma estabilização da criação de emprego (ou seja, dos fluxos do desemprego e da inatividade para o emprego).

No quadro seguinte apresenta-se a evolução dos principais indicadores económicos para Portugal e área Euro (Fonte: Banco de Portugal).

Unidade: taxa de variação anual, em percentagem

Indicador	País	2016	2017 (p)	2018 (p)	2019 (p)
Produto Interno Bruto	Portugal	1,50	2,50	2,00	1,80
	Área Euro	1,80	2,20	1,80	1,70
Índice de preços no consumidor	Portugal	0,60	1,60	1,40	1,50
	Área Euro	0,20	1,50	1,20	1,50
Taxa de desemprego	Portugal	11,10	9,00	8,20	7,00
	Área Euro	10,00	9,10	8,60	8,10

Tabela n.º 1 – Evolução dos indicadores económicos em Portugal e na área Euro

De acordo com as projeções elaboradas pelo Banco de Portugal, o processo de recuperação da economia portuguesa prossegue em 2017, com o PIB a crescer 2,5%, após um aumento de 1,5% em 2016. O crescimento em 2017 é 0,3 pp superior ao atualmente projetado para a área do euro. O nível do PIB em 2017 é 1,5% inferior ao de 2008, que corresponde ao nível observado antes da recessão associada à mais recente crise financeira internacional.

A inflação, medida pela taxa de variação do IHPC, aumenta de 0,6% em 2016 para 1,6% em 2017, mantendo-se inalterada face ao Boletim Económico de junho do Banco de Portugal. Comparando com as mais recentes projeções para a área do euro, antecipa-se um diferencial virtualmente nulo face à área do euro. A aceleração dos preços em 2017 reflete contributos semelhantes da componente energética e da componente não energética, na qual se destaca a evolução dos preços dos serviços, nomeadamente serviços relacionados com a atividade turística.

A evolução do mercado de trabalho projetada para 2017 caracteriza-se por um aumento do emprego de 3,1%, 1,5 pp acima do observado em 2016 e 0,7 pp acima do projetado no exercício anterior, e por uma diminuição da taxa de desemprego para 9,0%. O nível de emprego projetado para 2017 é, contudo, cerca de 6% inferior ao observado em 2008, estando a taxa de desemprego 0,7 pp acima da observada nesse ano.

Porém, a melhoria dos indicadores económicos em Portugal, não é acompanhada do aumento necessário das comparticipações do estado para a Educação e Saúde. As atualizações das comparticipações são inferiores ao nível de preços do consumidor e aos aumentos dos custos de funcionamento da instituição, sem esquecer, que as atualizações das comparticipações ficaram congeladas durante vários anos.

É neste contexto que iremos conceber o plano de atividades para o ano de 2018. Encaramos o próximo ano com muita prudência, quer nos atos de investimento a praticar, quer na gestão corrente.

1.2. Linhas de Orientação Estratégica

As imposições do DL n.º 172-A, de 14 de novembro de 2014, que legislou a alteração ao estatuto das IPSS, implicou a alteração do estatuto da FADS, materializando alterações na composição, deveres e obrigações dos órgãos sociais e, conseqüentemente, no funcionamento da instituição. Pretende-se melhorar a eficiência e eficácia desde novo modelo de funcionamento ao longo dos próximos anos.

Será executado um controlo de gestão por resposta social com o intuito de manter o equilíbrio económico e financeiro e eleger os projetos que devem libertar meios para reinvestimentos. Só assim será possível melhorar a sustentabilidade da FADS.

A nossa visão é que a FADS seja reconhecida como uma entidade de excelência na prestação de serviços de Educação, Saúde e Formação, promovendo a proteção e o bem-estar de cada utente e assegurando a criação de bases para um futuro sustentável.

Pretendemos melhorar a atividade desenvolvida pelas diversas respostas sociais da instituição e consolidar uma cultura de qualidade e melhoria contínua dos serviços prestados.

Para além da gestão dos equipamentos sociais existentes, pretendemos estudar e desenvolver diversos projetos na área da educação e saúde, nomeadamente através da prestação de serviços de formação, serviço de apoio domiciliário e serviço de transporte de doentes. Foram constituídas equipas de trabalho para preparar e trabalhar nestes novos projetos.

Seguindo a política de anos anteriores, teremos como objetivo o estudo de todos os apoios que sejam promovidos pela segurança social, ministério da educação, ministério da saúde e outras instituições, no intuito de modernizar as atuais valências e diversificar a nossa atividade.

É nosso objetivo estratégico dar maior notoriedade à FADS de forma a aumentar o prestígio e a imagem externa da instituição. Pretendemos continuar a dinamizar a nossa presença nas redes sociais e organizar e marcar presença num conjunto de eventos.

Efetuaremos contactos com diversas entidades, empresariais ou outras, no intuito de conseguir obter apoios necessários ao funcionamento da instituição, pois a sobrevivência de Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) depende, em larga escala, da existência de donativos efetuados por outras instituições e/ou particulares.

Durante o ano de 2018, tal como em anos anteriores, podemos beneficiar da consignação de 0.5% do imposto sobre o rendimento das pessoas singulares.

Respeitando as recomendações da Segurança Social, inscritas nos manuais da qualidade, continuamos a promover a implementação do processo de gestão da qualidade, de forma a dar resposta às exigências e a preparar uma futura certificação da instituição.

Pessoa Colectiva de Utilidade Pública

Continuaremos a investir na formação dos nossos recursos humanos, os nossos ativos mais valiosos, de forma a aumentar a sua eficiência e eficácia

1.3. Respostas Sociais Atuais

1.3.1. Educação

Na área da educação, efetuamos a gestão de 7 equipamentos sociais, repartidos por Faro e Olhão, dando resposta às necessidades de 457 famílias, repartidas pelas valências da seguinte forma:

Valência	Capacidade real	Capacidade ocupada	Utentes Participados
Creche Faro	68	67	68
Jardim Infância Faro	75	73	74
ATL Faro	80	70	80
Creche Olhão	40	39	32
Jardim Infância Olhão	75	69	50
Creche Montenegro	84	81	66
Jardim Infância Montenegro	75	58	0
Total	497	457	370

Tabela n.º 2 – Capacidade real e previsão de capacidade ocupada

No ano letivo de 2017/2018, tal como em anos anteriores, verifica-se lotação completa, com exceção do ATL e do Jardim de Infância do Montenegro, apesar de se ter verificado um aumento da ocupação face ao período homologado, e do Jardim de Infância Olhão, com 6 vagas por preencher.

Verificou-se um aumento de 3.2% nas participações familiares face ao ano letivo anterior. Porém, caso o efeito do aumento da capacidade ocupada do Jardim de Infância do Montenegro não fosse considerado, as mensalidades tinham sofrido uma diminuição de 2.4%.

Por prudência, para o próximo ano letivo de 2018/2019, considerámos uma capacidade ocupada igual à do presente ano letivo e a manutenção das participações familiares médias, por sala e por resposta social.

A Administração estará atenta à conjuntura que envolve o ATL sabendo que será necessário repensar o futuro desta valência. A transformação do equipamento num outro tipo de resposta social será certamente objeto de reflexão pela atual Administração.

1.3.2. Saúde

Na área da saúde, gerimos a UCCI Milreu, com capacidade para 47 utentes, totalmente participada pelo estado.

Em 2016, verificou-se uma capacidade mensal média de ocupação de 98.2%, enquanto em 2017, até outubro verificou-se uma média de ocupação mensal de 97.7%, acima do limiar dos 85%, obrigatório para receber os apoios a 100%.



Tabela n.º 3 – Evolução da ocupação da UCCI Milreu

Para 2018 consideramos uma capacidade totalmente ocupada e a atualização dos preços dos cuidados de saúde e de apoio social prestados, de acordo com a Portaria n.º 353/2017 de 16 de novembro. A partir de dezembro de 2017, os preços dos cuidados de saúde e de apoio social foram atualizados em 0,6 %, constituindo a primeira atualização desde 2011.

No próximo ano será utilizado um novo *software* de gestão clínica que irá permitir uma maior eficiência e eficácia na gestão dos recursos. O processo clínico será totalmente informatizado.



Figura 1 – Respostas sociais atuais - Saúde

1.4. Projetos futuros

Durante o ano de 2017 foram constituídas equipas de trabalho para estudar e planear os seguintes projetos a desenvolver no futuro.

Novo projeto	Ponto de situação
Prestação de serviços de formação profissional	Aprovado pela da DGERT Plano de formação e cronogramas em fase de planeamento
Prestação de serviços de apoio domiciliário	Aguarda aprovação na segurança social
Prestação de serviços de transporte de doentes	Em fase de planeamento
Extensão dos serviços médicos à comunidade	Em fase de planeamento

Tabela n.º 4 – Ponto de situação dos projetos futuros

A administração e a Comissão Executiva continuarão a acompanhar estes novos projetos com a máxima atenção.

1.5. Investimentos e Manutenção de Imóveis

Continuamos a investir na manutenção e reparação de todos os imóveis respeitando todas as exigências legais, tendo como objetivo a melhoria constante das condições de todos os colaboradores e utentes da instituição. De momento efetuamos a gestão do seguinte património predial:

Valência	Valor Patrimonial
Creche Faro	343 880.00
Jardim Infância Faro	275 940.00
ATL Faro	199 140.00
Creche Montenegro	973 844.40
UCCI Milreu	2 250 530.00
Centro de formação – Loja 1	113 400.00
Centro de formação – Loja 2	113 400.00
Creche Olhão	Leaseback
Jardim Infância Olhão	Leaseback
	4 270 134.40

Tabela n.º 5 – Património predial

Pretendemos efetuar as seguintes aquisições e/ou melhoramentos nas valências:

- Obras de remodelação e pintura na creche de Faro;
- Aquisição de um toldo para o espaço exterior da creche e jardim-de-infância de olhão;
- Renovação do equipamento do espaço exterior da creche em Faro.

1.6. Atividades Culturais

Pretendemos dar a conhecer à comunidade todo o trabalho realizado pelas nossas crianças e diversos colaboradores em todas as vertentes culturais.

Em interação com algumas entidades dos concelhos onde estamos inseridos, iremos continuar a contribuir de uma forma ativa para a promoção das artes em todas as vertentes da expressão artística promovendo encontros, apresentações, debates, *workshops*, exposições.

As atividades promovidas irão ter também uma vertente formativa que será direcionada, numa primeira fase, para as famílias e profissionais da educação. Posteriormente poder-se-á abrir a grupos específicos e comunidade em geral.

Em 2018 pretendemos promover, para além dos eventos regulares, os seguintes eventos:

Evento	Data previsível
2.ª Conferência de educação em parceria com a Universidade do Algarve	Maio
1.ª caminhada da Fundação Algarvia de Desenvolvimento Social	Setembro
Festa de encerramento do ano letivo	Fim de ano letivo
Festa de natal	Dezembro

Tabela n.º 6 – Eventos a promover

1.7. Marketing

Tendo como objetivo estratégico dar maior visibilidade à instituição, no nosso plano de marketing, a política de comunicação ocupa uma elevada importância. Continuamos a trabalhar com o intuito de aumentar o reconhecimento e notoriedade da FADS junto da comunidade.

Após o lançamento do *site* e da página no *facebook* vamos continuar a dinamizar estas ferramentas com o objetivo de obtenção de apoios necessários ao funcionamento da instituição. Pretendemos organizar e marcar presença num conjunto de eventos que possibilitem dar notoriedade e melhorar a imagem externa de todos os equipamentos sociais.

Tal como em anos anteriores será realizada a avaliação da satisfação dos utentes de todas as valências.

Pretendemos antecipar o processo de admissões do ano letivo 2018/2019 para o início de 2018. Iremos recorrer a diversas ferramentas de comunicação tais como: flyers, cartazes, mailing e outdoors.

1.8. Fornecedores

Continuamos a fazer um estudo comparativo entre os preços praticados pelos nossos fornecedores e os praticados no mercado, com o objetivo de encontrar as melhores condições possíveis e uma otimização/redução de gastos. Com esta política tem sido possível efetuar economias de escala mantendo a qualidade da nossa oferta.

Atualmente estamos em profundas negociações com o nosso fornecedor de serviços de alimentação, simultaneamente o fornecedor com maior peso na estrutura de gastos.

Durante o próximo ano vamos continuar a procurar uma redução de gastos tentando negociar/estudar o seguinte:

- Negociação de *rappel* com fornecedores de medicamentos e consumíveis médicos;
- Renegociação de carteira de seguros;
- Renegociação com fornecedores de produtos de limpeza e outros consumíveis;
- Centralização dos serviços de lavandaria e engomadoria na UCCI Milreu.

1.9. Recursos Humanos

O trabalho é feito pelas pessoas, as quais, para se motivarem, precisam de estar enquadradas na razão de ser da instituição, nos seus princípios e nos seus valores. A promoção dos nossos recursos humanos continua a ser um dos nossos principais objetivos.

Na senda da evolução das transformações organizacionais que têm vindo a ser implementadas, o ano de 2018 constituirá mais um passo de maturação e consolidação do esforço de centralização de serviços, e conseqüente uniformização de procedimentos, em ordem à obtenção de maior eficiência com conseqüentes ganhos de

produtividade, assim como a sedimentação de mecanismos organizacionais plasmados nos regulamentos Internos institucionais.

Em obediência a estes princípios devemos procurar desenvolver os colaboradores da Instituição, reconvertendo-os ou dando-lhes formação, para adquirirem as competências que se antevejam como necessárias.

Nas políticas de pessoal ou naquelas que afetam as pessoas existem objetivos que se constituem como permanentes, a saber:

- Detecção de potenciais redundâncias e avaliar as possibilidades de reconversão ou dispensa;
- Definir as necessidades de formação;
- Avaliar o impacto de novas tecnologias;
- Avaliar o impacto de formas diferentes de organização do trabalho, designadamente a polivalência;
- Implementação do *outsourcing* em certas áreas.

Nesta conformidade, e para a prossecução dos princípios acima enunciados, continuaremos a praticar ações consideradas estruturais neste domínio como:

- A implementação de um sistema de avaliação de desempenho;
- A elaboração de plano de formação;
- A certificação enquanto entidade formadora;
- O incremento da formação interna;
- A formalização e gestão dos apoios à contratação;
- O aprofundamento do processo de centralização dos vários serviços de Recursos Humanos;
- A revisão e uniformização dos procedimentos organizacionais.

Relativamente às medidas de apoio à contratação, com reflexo no orçamento de 2018, estão aprovados 4 estágios emprego, estando a FADS em processo de recrutamento dos estagiários, e 3 processos de dispensa de contribuições para a segurança social.

A FADS mantém o seu interesse pelas comunidades, através do apoio dado aos jovens. Neste caso, continuaremos a aceitar diversos estágios dos alunos da Escola Superior de Educação e Comunicação e da Escola Superior de Saúde da Universidade do Algarve, da Escola Superior de Saúde do Instituto Jean Piaget de Silves e de outras instituições.

1.10. Área Financeira, Administrativa e Sistemas de Informação

Atualmente a Administração está a terminar o processo de renegociação de todo o passivo bancário, especialmente junto do Novo Banco. Já foram realizadas diversas reuniões com as respetivas instituições financeiras no intuito de melhorar as condições comerciais dos financiamentos.

Continuarão a ser promovidas reuniões mensais da Comissão Executiva e as reuniões regulares do Conselho de Administração e Conselho de Fundadores.

Durante o ano de 2018 pretendemos o centralizar o Departamento Financeiro na sede da FADS e reformular todo o sistema de informação aplicado à gestão. Pretendemos adjudicar o serviço de execução de um novo *software* de gestão desenvolvido à medida das nossas necessidades, que possibilita informatizar o maior número possível de tarefas. O desenvolvimento dos sistemas de informação irá permitir, neste domínio, melhorar a capacidade de interagir com os restantes departamentos permitindo uma atuação em tempo útil no desencadeamento de medidas de controlo.

Pretendemos implementar o modelo de auditoria interna em toda a instituição de forma a melhorar o controlo orçamental e a sua execução.

Pessoa Colectiva de Utilidade Pública

Faro, 16 de novembro de 2017

A Administração


(Luís Coelho)

(Orlando Vargas)


(Nuno Carrilho)

2. Orçamento para o exercício de 2018

2.1. Princípios Orientadores

A melhoria dos indicadores económicos em Portugal, não é acompanhada do aumento necessário das comparticipações do estado para a Educação e Saúde. As atualizações das comparticipações são inferiores ao nível de preços do consumidor e aos aumentos dos custos de funcionamento da instituição, sem esquecer, que as atualizações das comparticipações ficaram congeladas durante vários anos.

Nos tempos atuais seria impensável qualquer organização enfrentar os desafios futuros sem os preparar antecipadamente através da construção de orçamentos como ferramenta indispensável para planear o futuro económico e financeiro das organizações.

O orçamento foi preparado com base nos pressupostos e previsões abaixo desenvolvidos, tendo presente o plano de atividades para 2018.

Na extensão em que dependem da informação histórica do exercício de 2017, as previsões relativas ao orçamento corrente foram suportadas nas estimativas efetuadas para este exercício, a partir da informação já conhecida.

Pessoa Colectiva de Utilidade Pública

Paralelamente, foi respeitado o princípio do equilíbrio orçamental, sem que tal tenha condicionado os valores apresentados.

O orçamento é apresentado tendo em conta o regime de normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL) em vigor.

2.2. Pressupostos

2.1.1. Rendimentos

As participações familiares/utentes (prestação de serviços) e as participações financeiras do estado (subsídios do estado – subsídios à exploração) representam a esmagadora maioria dos rendimentos da FADS.

a) Prestações de Serviços

Educação

Esta rubrica considera as participações familiares (matrículas e mensalidades) a liquidar pelos utentes do setor da educação (creche, jardim de infância e ATL). Correspondem ao valor pago pela utilização dos serviços e equipamentos sociais.

No ano letivo de 2017/2018, tal como em anos anteriores, verifica-se lotação completa, com exceção do ATL e do Jardim de Infância do Montenegro, apesar de se ter verificado um aumento da ocupação face ao período homologado, e do Jardim de Infância Olhão, com 6 vagas por preencher.

Até agosto de 2018 os valores previstos de participações familiares correspondem às mensalidades reais para o ano letivo 2017/2018 com contratos de prestação de serviços assinados.

A estimativa do período correspondido entre setembro a dezembro de 2018, ano letivo 2018/2019, baseou-se na análise do histórico passado e decisões do conselho de administração, tais como:

- No que diz respeito à lotação, considerou-se uma lotação completa para 2018, com exceção do jardim de infância do Montenegro e do JI de Olhão, em que se mantiveram as lotações reais atuais, consubstanciado com o histórico da evolução da ocupação de todas as valências.
- Manutenção das participações familiares mensais médias por resposta social;
 - Por prudência optou-se por considerar que as participações não irão aumentar, apesar dos indicadores económicos preverem um crescimento da economia.

- Relativamente ao jardim de infância do Montenegro:
 - Esta resposta social entrou em funcionamento no ano letivo 2015/2016 e, ao contrário de todas as outras respostas sociais, não é comparticipada pelo estado. Fruto desta situação a sua lotação não está totalmente ocupada.
 - Por questões de prudência estimou-se a manutenção da lotação e da comparticipação familiar média do ano letivo 2017/2018;
 - Não se considerou aumento porque as comparticipações não são financiadas pelo estado e a mensalidade média desta valência é superior às restantes.

Na tabela seguinte apresenta-se a previsão da capacidade ocupada.

Valência	Capacidade real	Capacidade ocupada previsional	Desvios
Creche Faro	68	68	0
Jardim Infância Faro	75	75	0
ATL Faro	80	80	0
Creche Olhão	40	40	0
Jardim Infância Olhão	75	69	-6
Creche Montenegro	84	84	0
Jardim Infância Montenegro	75	61	-14
Total	497	477	-20

Tabela n.º 7 – Capacidade real e previsão de capacidade ocupada

Saúde

Pessoa Colectiva de Utilidade Pública

Esta rubrica considera os encargos com apoio social suportados pelos utentes da UCCI Milreu (parte não financiada pela Segurança Social).

Para efeitos de previsão, tendo em consideração que a FADS recebe sempre o valor estipulado para os encargos de apoio social estabelecido na tabela de preços da RNCCI, podendo esse valor ser pago pelo utente e/ou segurança social, torna-se necessário perceber qual a % média que a comparticipação dos utentes e da segurança social têm tido historicamente.

Descrição	jan/17	fev/17	mar/17	abr/17	mai/17	jun/17	jul/17	ago/17	set/17	out/17	Média
Encargos Apoio Social											
Comparticipação Utentes	43%	43%	44%	45%	44%	44%	43%	44%	44%	43%	44%
Comparticipação Seg. Social	57%	57%	56%	55%	56%	56%	57%	56%	56%	57%	56%

Tabela n.º 8 – Peso da comparticipação dos utentes e da Seg. Social nos encargos com cuidados de apoio social

Em 2017, até outubro verificou-se uma média de ocupação mensal de 97.7%, acima do limiar dos 85%, obrigatório para receber os apoios a 100%.

Para 2018 consideramos uma capacidade totalmente ocupada e a atualização dos preços dos cuidados de saúde e de apoio social prestados, de acordo com a Portaria n.º 353/2017 de 16 de novembro.

b) Subsídios, doações e legados à exploração

Neste ponto efetua-se a previsão dos subsídios à exploração concedidos pelo estado e outros entes público no âmbito de acordos de cooperação celebrados para o setor da educação, setor da saúde e ainda os subsídios à exploração concedidos no âmbito de medidas de apoio ao emprego.

Educação

Esta rubrica considera os subsídios à exploração concedidos pelo estado conforme os acordos de cooperação contratualizados com todas as valências, com exceção do jardim de infância do Montenegro que não tem acordo de cooperação. Não se considerou que fosse contratualizado qualquer apoio para esta valência durante o ano de 2018 apesar dos esforços desenvolvidos nesse sentido.

Na tabela seguinte é possível analisar a capacidade real de cada valência, o número de utentes participados ao abrigo de acordos de cooperação e os desvios de participação.

Valência	Capacidade real	Utentes participados	% financiada	Desvios de participação
Creche Faro	68	68	100%	0
Jardim Infância Faro	75	74	99%	-1
ATL	80	80	100%	0
Creche Olhão	40	32	80%	-8
Jardim Infância Olhão	75	50	67%	-25
Creche Montenegro	84	66	79%	-18
Jardim Infância Montenegro	75	0	0%	-75
Total	497	370	74%	-127

Tabela n.º 9 – Capacidade real e utentes participados

Para efeitos de orçamentação considerou-se o seguinte:

- Manutenção do número de utentes comparticipados e da capacidade ocupada;
- Atualização unitária de 1% para as respostas sociais da creche e ATL;
- Manutenção da comparticipação unitária para a resposta social jardim de infância;

Nos subsídios do estado à exploração, inclui-se ainda uma previsão referente à compensação financeira do diferencial remuneratório dos educadores de infância, ao abrigo do programa de expansão e desenvolvimento da educação pré-escolar.

Saúde

Esta rubrica considera as comparticipações do estado calculadas com base na Portaria n.º 184/2015, de 23 de junho, atualizada pela Portaria n.º 353/2017 de 16 de novembro, que fixa os preços dos cuidados de saúde e de apoio social prestados nas unidades de internamento e ambulatório da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI).

No que diz respeito ao modelo de financiamento da RNCCI, os encargos decorrentes do funcionamento da UCCI Milreu são repartidos pelos sectores da saúde e da segurança social em função da natureza dos cuidados prestados (DL n.º 101/2006, art 46.º).

Encargos	Comparticipação Estado	Comparticipação Utente	Responsabilidade Pagamento
Encargos cuidados de saúde	Total		ARS Algarve
Encargos medicamentos	Total		ARS Algarve
Encargos cuidados de apoio social	Variável	Variável	Utente e/ou Segurança Social
Encargos utilização de Fraldas	Total		Segurança Social

Tabela n.º 10 – Modelo de financiamento da UCCI Milreu

Relativamente aos encargos com a prestação dos cuidados de apoio social, o valor da comparticipação da segurança social corresponde ao diferencial entre os encargos com a prestação dos cuidados de apoio social e o valor a pagar pelo utente (Despacho normativo n.º 34/2007, de 19 de setembro).

Para 2018 considerou-se uma ocupação de 100% e a atualização dos preços dos cuidados de saúde e de apoio social prestados, de acordo com a Portaria n.º 353/2017 de 16 de novembro, com efeito a partir de dezembro de 2017. Os preços dos cuidados de saúde e de apoio social foram atualizados em 0,6 %, constituindo a primeira

atualização desde 2011. No quadro infra pode-se observar a evolução dos preços da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI).

Tabela de Preços RNCCI	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Var
Cuidados de saúde	18,39	18,61	18,61	18,61	18,61	18,61	18,61	18,61	18,72	0,59%
Medicamentos	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,06	0,60%
Apoio social	29,98	30,34	30,34	30,34	30,34	30,34	30,34	30,34	30,52	0,59%
Fraldas	1,24	1,24	1,24	1,24	1,24	1,24	1,24	1,24	1,25	0,81%
Valor diário por utente	59,61	60,19	60,19	60,19	60,19	60,19	60,19	60,19	60,55	0,60%

Tabela n.º 11 – Evolução da tabela de preços da RNCCI

Com base na evolução histórica da tabela de preços e considerou-se a manutenção dos preços para 2018. Não se identificou no Compromisso de Cooperação para o Setor Social e Solidário, Protocolo para o biénio 2017/2018, referências a um futuro aumento dos preços.

Subsídios à exploração – Apoios à contratação

Com base nas candidaturas para estágios profissionais efetuadas e as necessidades previstas de pessoal, por motivos de licenças, baixas e/ou saídas de colaboradores, considerou-se que durante 2018 serão protocolados 5 contratos de estágio profissional, com início nos períodos necessários.

c) Outros rendimentos e ganhos

Pessoa Colectiva de Utilidade Pública

Subsídios ao investimento

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis devem ser apresentados no balanço como componente do Fundo Patrimonial e imputados como rendimentos na proporção das depreciações efetuadas em cada período.

No orçamento para 2018 estão refletidos os rendimentos relacionados com os seguintes subsídios ao investimento:

- Subsídio PARES (Construção da creche do Montenegro);
- Subsídio da Camara Municipal de Faro (Construção da creche do Montenegro);
- Subsídio da ARL Algarve (Construção da UCCI Milreu).

Outros rendimentos em ativos

Esta rubrica considera a previsão dos rendimentos a reconhecer com o ganho de uma transação de venda seguida de locação (*lease back*) do centro infantil de Olhão realizada em 2008.

2.1.2. Gastos

a) Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

Consumo de géneros alimentares

Esta rubrica considera todo o consumo de géneros alimentares necessários às refeições dos utentes de todos os equipamentos sociais.

Os valores são orçamentados com base nos valores fixos de fornecimento diário por utente, acordados com um fornecedor de géneros alimentares mediante um padrão de capitação por utente tendo como base as ementas aprovadas entre as duas partes

A nutrição entérica é uma alternativa para a ingestão de alimentos e pode ser feita através de uma sonda. Consiste num processo de alimentação dos indivíduos que estão impedidos de se alimentarem por via oral

Da capacidade total prevista, 47 utentes, 7 são alimentados através de nutrição entérica e os restantes 40 são alimentados através de refeições contratadas com a entidade que explora o refeitório ou outros fornecedores.

Materiais de consumo - medicamentos

A Portaria n.º 184/2015, de 23 de junho, atualizada pela Portaria n.º 353/2017 de 16 de novembro, que fixa os preços dos cuidados de saúde e de apoio social prestados nas unidades de internamento e ambulatório da RNCCI, comparticipa, por dia, por utente, os encargos globais com medicamentos, realização de exames auxiliares de diagnóstico e apósitos e material de penso para tratamento de úlceras de pressão nas unidades de internamento.

A previsão de consumo de medicamentos é elaborada tendo em consideração a capacidade ocupada previsional e o consumo médio de medicamentos nos dois últimos anos.

Consumíveis hospitalares

Nesta rubrica considera-se a previsão de consumo de consumíveis médicos, fraldas, resguardos, etc. A previsão é elaborada tendo em consideração a capacidade ocupada previsional e o consumo médio nos dois últimos anos.

b) Fornecimentos e Serviços Externos

Esta rubrica considera todos os fornecimentos e serviços externos. O orçamento é feito com base na experiência passada da instituição.

A esmagadora maioria dos gastos dizem respeito a consumos de eletricidade, água, gás, comunicação e limpeza. Consideram-se os ajustamentos inerentes ao reforço ou diminuição da atividade e do exercício das várias competências técnicas e administrativas.

c) Gastos com Pessoal

Esta rubrica considera a previsão dos gastos com o pessoal necessários ao funcionamento da FADS tendo em consideração a capacidade ocupada previsional. As previsões basearam-se nas atualizações salariais e categorias profissionais previstas nos contratos coletivos de trabalho.

. As taxas de segurança social e caixa geral de aposentações consideradas foram:

Trabalhadores por conta de outrem	Seg. Social	Seg. Social	CGA	CGA	Total	Total	Total
	Ent. Pat.	Trab.	Ent. Pat.	Trab.	Ent. Pat.	Trab.	
Trabalhadores IPSS	22.30%	11.00%			22.30%	11.00%	33.30%
Trabalhadores IPSS (dispensa de pagamento)	0.00%	11.00%			0.00%	11.00%	11.00%
Docentes contratados até 31.12.2005	7.80%		15.95%	11.00%	23.75%	11.00%	34.75%

Tabela n.º 12 - Taxas de segurança social e caixa geral de aposentações

A maioria dos colaboradores da FADS enquadra-se no regime de trabalhadores por contra de outrem, trabalhadores das IPSS, aplicando-se uma taxa de 22.30% para a entidade patronal

Existem 3 processos de dispensa de contribuições para a segurança social aprovados com reflexo no orçamento para 2018.

d) Depreciações e amortizações

Nesta rubrica considera-se as depreciações e amortizações de todos os ativos fixos tangíveis e intangíveis dentro do seu período de vida útil.

Para além das depreciações dos AFT com valor líquido contabilístico no fim de 2017, considera-se ainda as depreciações resultantes das adições previstas de acordo com o plano de investimento aprovado para 2018:

- Equipamentos de dados biométricos para todas as respostas sociais da educação;
- Obras de remodelação e pintura na creche de Faro;
- Renovação do equipamento do espaço exterior da creche em Faro;
- Substituição do piso do espaço exterior da creche e jardim-de-infância de olhão;
- Aquisição de um toldo para o espaço exterior da creche e jardim-de-infância de olhão

e) Gastos Financeiros

Pessoa Colectiva de Utilidade Pública

Esta rubrica considera todos os gastos financeiros necessários ao financiamento dos investimentos efetuados ou a efetuar pela FADS.

Para efeitos de previsão consideraram-se os seguintes financiamentos:

Resposta social	Dívida
Centro Infantil de Olhão	244 337
Equipamento dados biométricos	0
Creche Faro e Jardim de Infância de Faro	400 000
Creche do Montenegro	326 931
UCCI Estoi	2 408 759
UCCI Estoi - Adicional	
Jardim Infância Montenegro	189 284
Jardim Infância Montenegro	118 996
	3 688 307

Tabela n.º 13 – Financiamentos

2.3. Demonstração dos Resultados Previsional para 2018

Conta	Rubrica	Total
71	Vendas	0
72	Prestações de Serviços	1 026 962
721	Quotas dos utilizadores	1 026 962
7211	Quotas utilizadores Educação	798 953
7212	Quotas utilizadores Saúde	228 009
75	Subsídios, doações e legados à exploração	1 737 779
751	Subsídios do estado e outros entes públicos	1 717 672
7511	ISS IP	1 223 951
75111	ISS IP (Educação)	906 946
75112	ISS IP (Saúde: Encargos com apoio social)	295 561
75113	ISS IP (Saúde: Fraldas)	21 444
7512	ARS Algarve	493 721
	ARS Algarve (encargos com cuidados de saúde)	321 142
	ARS Algarve pacote de medicamentos)	172 579
	ARS Algarve (remuneração adicional)	0
7513	Outras Entidades Públicas	20 107
75131	IEFP	20 107
75132	CM Faro	0
78	Outros rendimentos e ganhos	54 925
7883	Imputação de subsídios para investimentos	25 519
7888	Outros não especificados	29 406
79	Juros, dividendos e outros rendimentos similares	0
	Total de Rendimentos	2 819 666
61	Custo Merc. vendidas e matérias consumidas	248 877
611	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	175 900
614	Materias de Consumo	72 977
62	Fornecimentos e Serviços Externos	637 394
621	Subcontratos	104 412
622	Serviços Especializados	344 780
623	Materiais	17 232
624	Energia e Fluidos	92 675
625	Deslocações	9 932
626	Serviços Diversos	68 364
63	Gastos com o Pessoal	1 604 472
632	Remunerações do Pessoal	1 313 656
6321	Remunerações Certas	1 277 697
6322	Remunerações Adicionais	35 959
635	Encargos Sobre Remunerações	279 725
6352	Pessoal	279 725
636	Seguro acidentes profissionais	11 091
6362	Pessoal	11 091
64	Gastos de Depreciação e de Amortização	182 970
641	Propriedades de Investimento	0
642	Ativos Fixos tangíveis	182 970
643	Ativos Fixos Intangíveis	0
68	Outros Gastos e Perdas	2 492
681	Impostos	2 192
688	Outros Gastos e Perdas	300
6883	Quotizações	300
69	Gastos e Perdas de Financiamento	140 671
	Total de Gastos	2 816 876
	Resultado antes depreciações, gastos financiamento e impostos	326 431
	Resultado antes de impostos	2 790
	Imposto sobre Rendimento Período	0
	Resultado líquido do exercício	2 790

3. Parecer do Conselho Fiscal

Para cumprimento dos estatutos e demais legislação aplicável, vem o Conselho Fiscal, apresentar o seu parecer sobre o Plano de Atividades e Orçamento referente ao exercício de 2018.

O Plano de Atividades descreve sumariamente a atividade a desenvolver pela Fundação Algarvia durante o ano 2018 e ajuda a interpretar o Orçamento, na medida em que evidencia os factos mais relevantes e os fatores que para eles irão contribuir.

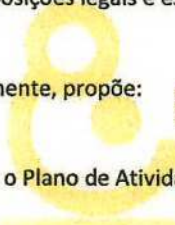
O Orçamento espelha fielmente o resultado económico do Plano de Atividades a executar durante o ano 2018.

Em resumo, o Conselho Fiscal é da opinião que o Plano de Atividades e Orçamento referente ao exercício de 2018 satisfaz as disposições legais e estatutárias.

Consequentemente, propõe:

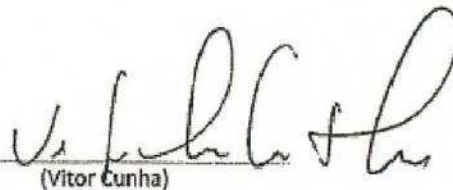
- Que aproveis o Plano de Atividades e Orçamento referente ao exercício de 2018

Faro, 20 de novembro de 2017

 **Fundação Algarvia**
de Desenvolvimento Social
Pessoa Colectiva de Utilidade Pública

O Conselho Fiscal


(Manuel Alexandre)


(Vitor Cunha)

